



**PAUTA
PARA A 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO
ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2019**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Projeto de lei nº 3, de 2019, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Declara o Município de Tupã "Capital do Lanche" no Estado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 2, de 2019, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Declara de utilidade pública o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI, com sede na Capital.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SE 1, de 17 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a Prioridade de Atendimento aos Alunos, por docentes designados e atuando em programas/projetos da pasta, nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2019, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos do artigo 8º do Decreto nº 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2019 e dá providências correlatas.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 725, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Denomina "Professora Maria Aparecida Giovannetti Lisboa" a Escola Estadual Esplanada da Estação, em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 726, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Denomina "Miguel Belmonte Martinez" o viaduto localizado no km 1 da Rodovia Astrônomo Jean Nicolini - SP 127/304, em Nova Odessa.

3 - Projeto de lei nº 727, de 2018, de autoria das deputadas Ana do Carmo e Márcia Lia. Cria o Observatório do Parlamento Paulista da Política Estadual para a Mediação dos Conflitos Fundiários no Estado.

4 - Projeto de lei nº 728, de 2018, de autoria da deputada Célia Leão. Denomina "EE Tenista Maria Esther Andion Bueno" a Escola Estadual "EE Jardim Rossin", em Campinas.

5 - Projeto de lei nº 729, de 2018, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Inclui no Calendário Oficial do Estado a Semana da Páscoa do Cordeiro.

6 - Projeto de lei nº 730, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a cassação da inscrição estadual de empresas que provoquem maus-tratos a animais.

7 - Projeto de lei nº 731, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Isenta do pagamento de taxas a confecção e emissão de segunda via de documentos de identificação pessoal que tenham sido roubados ou furtados, cuja expedição seja atribuição de órgão ou ente público estadual.

8 - Projeto de lei nº 732, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a disponibilização de pagamento por cartão magnético de débito ou crédito nas praças de pedágio do Estado.

9 - Projeto de lei nº 733, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o Programa de Fomento à Literatura de Cordel nas Escolas.

10 - Projeto de lei nº 734, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a adesivagem da mensagem socioeducativa "Se beber, não dirija" nos táxis e pontos de táxis do Estado.

11 - Projeto de lei nº 735, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Política Estadual de Prevenção às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

12 - Projeto de lei nº 736, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Estabelece normas para o atendimento emergencial pelas equipes de socorro e de remoção do Corpo de Bombeiros do Estado e do Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU quanto à remoção dos pacientes para hospitais privados.

13 - Projeto de lei nº 737, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Estabelece medidas de coleta e de reciclagem de óleos de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos, no Estado.

14 - Projeto de lei nº 738, de 2018, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a afixação, em hospitais, clínicas e laboratórios do Estado, de cartazes informativos sobre o dever legal de comunicação de casos de estupro e assédio sexual às autoridades competentes.

15 - Projeto de lei nº 739, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal no Município de Marília.

16 - Projeto de lei nº 740, de 2018, de autoria da deputada Clélia Gomes. Proíbe a inquirição sobre religião e orientação sexual de candidatos em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.

17 - Projeto de lei nº 741, de 2018, de autoria dos deputados Teonilio Barba e Alencar Santana Braga. Institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas.

18 - Projeto de lei nº 742, de 2018, de autoria da deputada Marta Costa. Altera dispositivo da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para prever redução da alíquota dos veículos automotores híbridos flex no Estado.

19 - Projeto de lei nº 743, de 2018, de autoria do deputado Celino Cardoso. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Mairiporã EcoFest Adventure, naquele Município.

20 - Projeto de lei nº 744, de 2018, de autoria do deputado Marcos Damasio. Institui a Campanha de Conscientização e Estímulo à Doação de Sangue, Tecidos, Órgãos e outras Doações para Fins Humanitários (CEDOA).

21 - Projeto de lei nº 745, de 2018, de autoria do deputado Marcos Damasio. Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

22 - Projeto de lei nº 746, de 2018, de autoria do deputado Teonilio Barba. Torna gratuito o reconhecimento voluntário da paternidade perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

23 - Moção nº 72, de 2018, de autoria da deputada Beth Sahn e outros. Manifesta protesto e repúdio à transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, anunciada pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro, porque representa uma violação à recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Direito Internacional e da autodeterminação do povo palestino, sendo assim contrária à Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 4º aponta esse direito entre os princípios que regem suas relações internacionais.

24 - Moção nº 73, de 2018, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela ao Sr. Presidente da República no sentido de que determine aos ministérios e demais órgãos federais competentes a imediata adoção de estudos e demais medidas que se fizerem necessárias visando à classificação de filtros, bloqueadores solares e similares, equiparados aos medicamentos, ao invés de cosméticos, para fins de tratamento tributário, a fim de tornar estes produtos acessíveis a todos.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 1, de 2019, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à inclusão das sociedades que especifica no Programa Estadual de Desestatização.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 82, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Altera as Leis nº 13.270, de 2008, nº 14.477, de 2011 e nº 14.921, de 2012, que autorizam o

Poder Executivo a realizar operações de crédito nelas especificadas. Parecer nº 1, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 635, de 2018, de autoria do deputado Abelardo Camarinha e outros. Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaíra, Ibirarema, Icém, Igarapava, Indiaporã, Ipeúna, Itapeva, Itaporanga, Itariri, Itirapina, Jaboticabal, Jarinu, Juquiá, Juquitiba, Lavrinhas, Marília, Mogi Mirim, Palmeira D'Oeste, Paulicéia, Pirapora do Bom Jesus, Pongá, Porto Ferreira, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São Manuel, Timburi, Três Fronteiras, Valentim Gentil e Votorantim. Parecer nº 2, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.